

Financiamento de Campanha e *Lobbying* Empresarial nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados¹

Francisco Gremaud – 4456333

Ismael Neto – 9812072

João Ruiz – 9351137

Vitor Callis – 10378136

¹ Santos, M.L., Mancuso, W.P., Resende, C.A. da S., Barboza, D.P. 2021. Texto para discussão 2622 IPEA.

Introdução

Arena legislativa é, cada vez mais, alvo dos interesses organizados da sociedade

Crescente atuação legislativa de grupos de interesse

Em que medida o financiamento de campanha e o *lobbying* estão presentes nas comissões parlamentares?

Profissionalização da atividade de *lobbying*

Questão do protagonismo das comissões permanentes

As Quatro Comissões

Jurisdições incluem temas de interesse direto das empresas dos diferentes setores econômicos.

Comissão de
Desenvolvimento
Econômico, Indústria,
Comércio e Serviços

(CDEICS)

Comissão de
Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e
Desenvolvimento
Rural

(CAPADR)

Comissão de
Finanças e Tributação
(CFT)

Comissão de
Trabalho,
Administração e
Serviço Público

(CTASP)

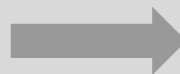
Jurisdições mais amplas sobre os
setores econômicos mais relevantes

X

Regulam aspectos centrais para todos
os setores da economia

Estratégias Analíticas

Presença do financiamento de campanha por empresas nesses colegiados



Em que medida comissões são compostas por parlamentares financiados por empresas?

Identificar a participação de grupos de interesse nas audiências públicas realizadas no âmbito das comissões.



Abordagem de análise de redes
Centralidade como uma *proxy* de oportunidade de influência.

Organização

Introdução

Seção 2

Análise descritiva, caracterizando o financiamento de campanha dos membros das quatro comissões selecionadas.

Seção 3

Participação dos grupos de interesse em audiências públicas das comissões, centralidade dos grupos de interesse econômicos nas *policy networks* que se formam em torno dos temas mais relevantes discutidos nesses colegiados.

Conclusão

Brasil: Uma questão interessante, mas pouco explorada

- O estudo das comissões temáticas permanentes da Câmara dos Deputados há muito tempo tem despertado o interesse de cientistas políticos brasileiros (Santos, 1998; Pereira e Mueller, 2000), porém a questão do financiamento eleitoral destinado aos membros das comissões tem recebido pouquíssima atenção entre nós.
- Designação dos membros das comissões permanentes é atribuição regimental dos líderes partidários.
 - Processo de designação é mediado por muitos fatores, entre os quais a possível autosseleção dos parlamentares.
 - (Ricci e Lemos, 2004; Santos, 2003; Muller, 2005).
 - O tamanho do partido do parlamentar, dada a regra da proporcionalidade;
 - a força e o prestígio do parlamentar junto a seu partido, visto que é o líder partidário que indica os membros para os colegiados;
 - a expertise do parlamentar na área;
 - seu tipo de base eleitoral
 - fator adicional potencialmente relevante para a alocação comissional dos deputados brasileiros é o perfil do financiamento eleitoral por eles recebido.
 - financiados por setores empresariais específicos, os parlamentares procurariam ocupar colegiados nos quais poderiam dar maior retorno aos setores que os financiaram.
 - Santos (2016, p. 127). doação média de quatro setores econômicos (agropecuário, financeiro, industrial e infraestrutura) para os membros das comissões permanentes da Câmara dos Deputados que mais lhes interessam é superior à doação média desses mesmos setores para o conjunto dos deputados por eles contemplados

Estados Unidos: uma comparação controversa

- Existe relação
 - Romer e Snyder Junior (1994), por exemplo, analisaram até que ponto os political action committees (PACs) têm como alvo os membros e presidentes de comissões do Congresso norte-americano, e encontraram evidências de que existem laços entre certos tipos de PACs e as comissões do Congresso.
 - Stratmann (2005) também aponta que as comissões ocupadas pelos parlamentares são um dos fatores que determinam o volume e a procedência das contribuições eleitorais a eles destinadas.
 - Outros trabalhos que identificam maior afluxo de doações de campanha para os parlamentares que compõem ou lideram as comissões temáticas de maior interesse para os financiadores são Fournaies (2018) e Fournaies e Hall (2018), que estudaram a questão nas comissões dos legislativos estaduais dos Estados Unidos entre as décadas de 1980 e 2010.
- No entanto, as evidências obtidas por autores como Taylor (2003) e Loucks e Bennett (2011) são menos taxativas. Taylor (2003) comparou as doações feitas pelos setores de bebidas e de tabaco aos deputados da House. No caso do setor de bebidas, observou-se que este doa mais para os membros e os líderes das comissões temáticas de interesse, porém o mesmo comportamento não foi observado no caso do setor de tabaco, que prioriza doações para o partido majoritário na Casa. Loucks e Bennett (2011) estudaram a associação entre doações feitas por PACs de segmentos ligados ao setor da saúde e o pertencimento de deputados a quatro comissões da House of Representatives, a Câmara dos Deputados estadunidense. Uma associação positiva e estatisticamente significativa foi observada no caso de duas comissões (Ways and means e Commerce), mas não o foi em outras duas (Appropriations e Veterans Affairs).

Lobbying: fator de influência

- Tratando do Congresso norte-americano, Kollman (1997, p. 519, tradução nossa) afirma que “as comissões tendem a compartilhar os mesmos vieses que os grupos de interesse que as cercam. Assim o que parece um lobbying amigável das comissões é, na verdade, um viés na representação por grupos de interesse e comissões.”
- Focalizando o Parlamento europeu, Marshall (2010) mostra que o centro institucional dessa atividade é o forte sistema de comissões, e como os lobistas competem para garantir a mudança legislativa por meio da incorporação de suas mensagens informativas em um relatório final.
- Yordanova (2009), por sua vez, mostra que, embora o sistema de comissões seja orientado para atrair principalmente os membros com conhecimento e expertise, eurodeputados formalmente associados a um determinado interesse têm maior probabilidade de serem designados para uma comissão que reflete esse envolvimento.

Financiamento de campanha nas comissões selecionadas

CDEICS (2011-2014)

Ano	Financiamento total (R\$ 1.000,00)	Financiamento médio (R\$ 1.000,00)	Financiamento por PJ (%)	Financiamento Setorial (%)
2011	25.646,03	949,85	37,82 	31,90
2012	23.129,83	1.156,49	43,62	36,65
2013	34.812,92	1.023,91	48,22	43,56
2014	26.828,41	925,12	50,11 	46,40 

Financiamento Setorial maior

Financiamento de campanha nas comissões selecionadas

CAPADR (2011-2014)

Ano	Financiamento total (R\$ 1.000,00)	Financiamento médio (R\$ 1.000,00)	Financiamento por PJ (%)	Financiamento Setorial (%)
2011	73.596,47	968,37	39,40	11,37
2012	91.318,49	1.100,22	43,82	12,17
2013	87.531,31	1.054,59	42,27	10,79
2014	85.471,19	1.068,39	44,74	11,84

Financiamento Setorial maior

Financiamento de campanha nas comissões selecionadas

CFT (2011-2014)

Ano	Financiamento total (R\$ 1.000,00)	Financiamento médio (R\$ 1.000,00)	Financiamento por PJ (%)	Financiamento Setorial (%)
2011	83.453,91	1.303,97	43,38	2,42
2012	75.394,04	1.256,57	40,58	1,95 
2013	84.135,20	1.357,02	43,46	3,20
2014	84.602,22	1.342,89	42,72	3,64

Financiamento de campanha nas comissões selecionadas

CTASP (2011-2014)

Ano	Financiamento total (R\$ 1.000,00)	Financiamento médio (R\$ 1.000,00)	Financiamento por PJ (%)	Financiamento Setorial (%)
2011	52.353,98	1.090,71	47,86	-
2012	55.223,89	1.082,82	42,30	-
2013	44.527,21	927,65	38,96	-
2014	56.300,66	1.197,89	46,12	-

Não há classificação setorial específica

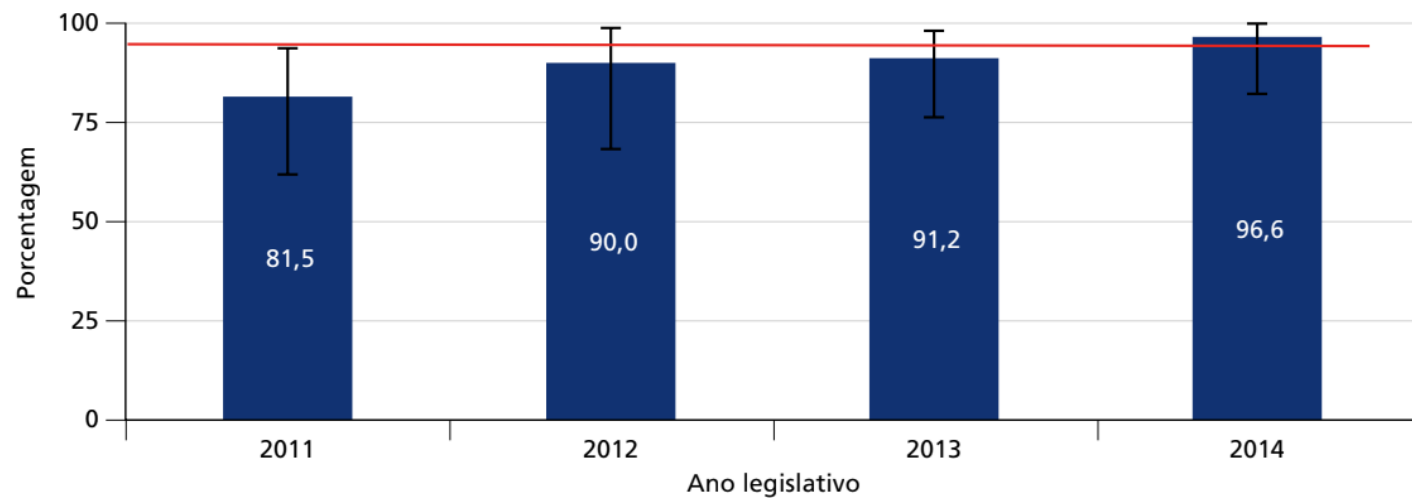
Análise Complementar

GRÁFICO 1

Parcela da comissão com financiamento empresarial setorial, por comissão e ano legislativo
(2011-2014)

(Em %)

1A – CDEICS



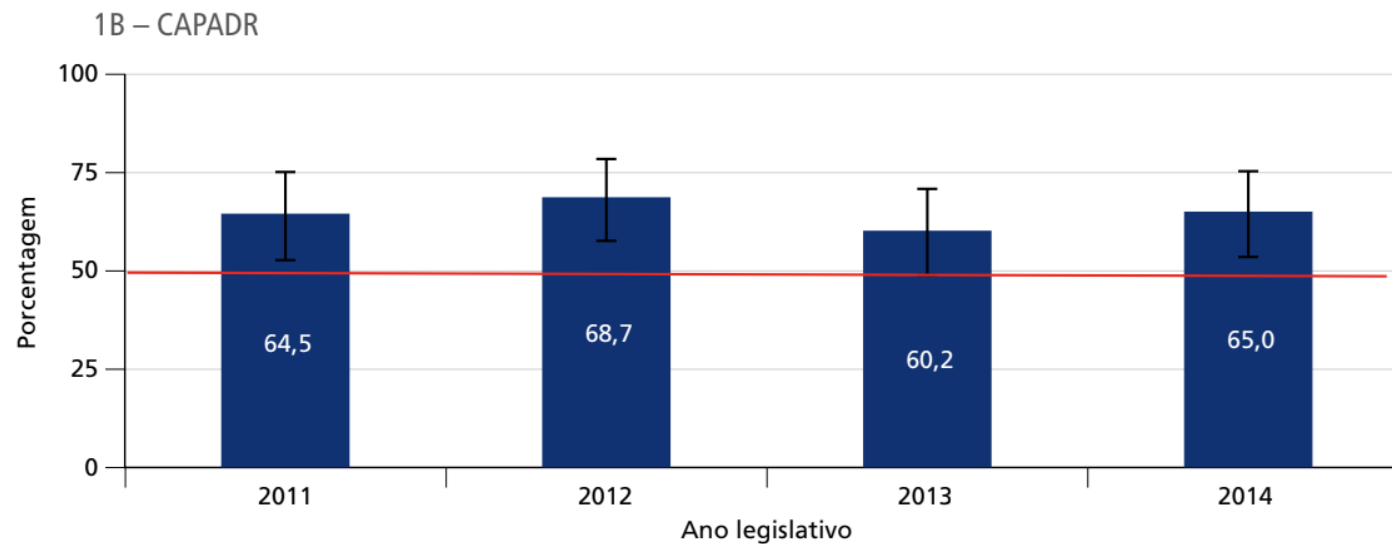
Ambíguo

Análise Complementar

GRÁFICO 1

Parcela da comissão com financiamento empresarial setorial, por comissão e ano legislativo (2011-2014)

(Em %)



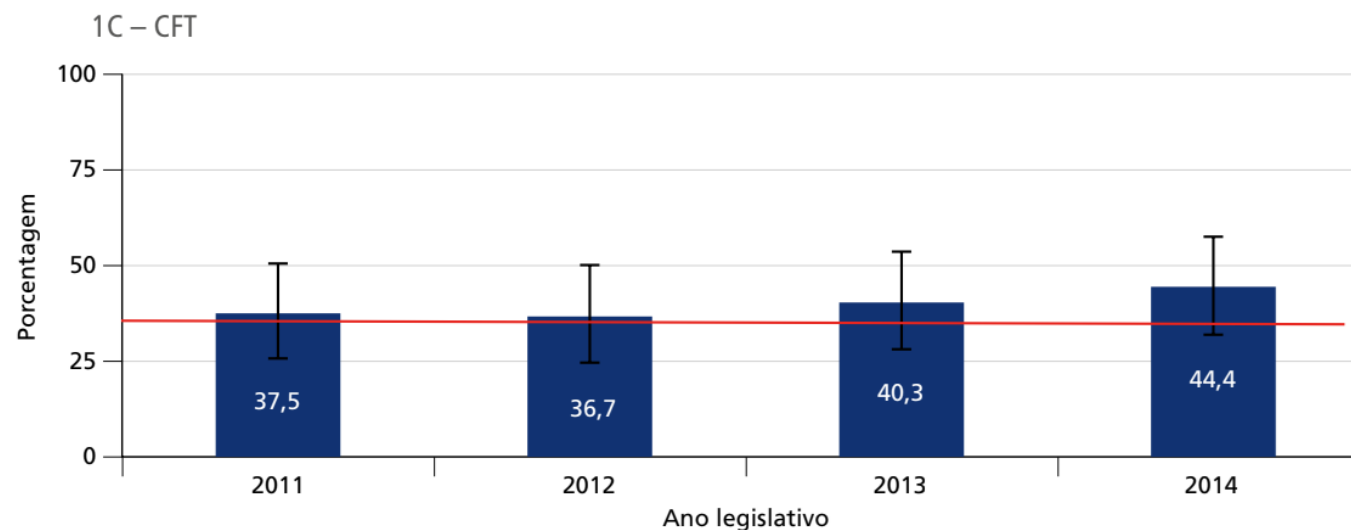
Viés pró-setor

Análise Complementar

GRÁFICO 1

Parcela da comissão com financiamento empresarial setorial, por comissão e ano legislativo (2011-2014)

(Em %)



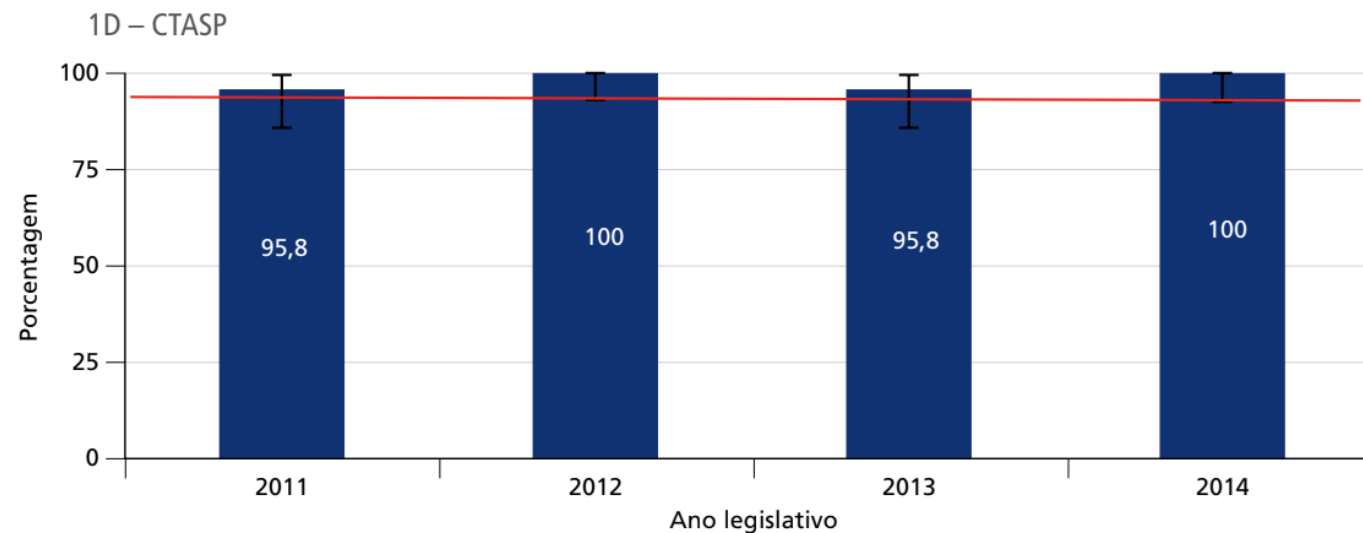
Não significativamente diferente do plenário

Análise Complementar

GRÁFICO 1

Parcela da comissão com financiamento empresarial setorial, por comissão e ano legislativo (2011-2014)

(Em %)



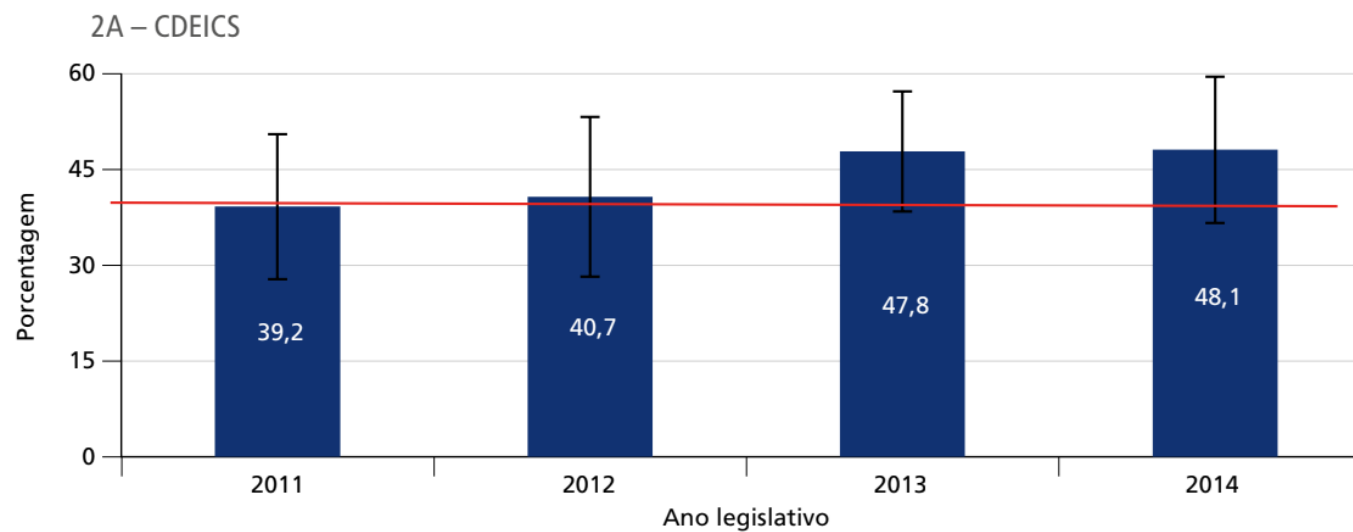
Não significativamente diferente do plenário

Análise Complementar

GRÁFICO 2

Peso médio do financiamento empresarial setorial (entre os financiados), por comissão e ano legislativo (2011-2014)

(Em %)



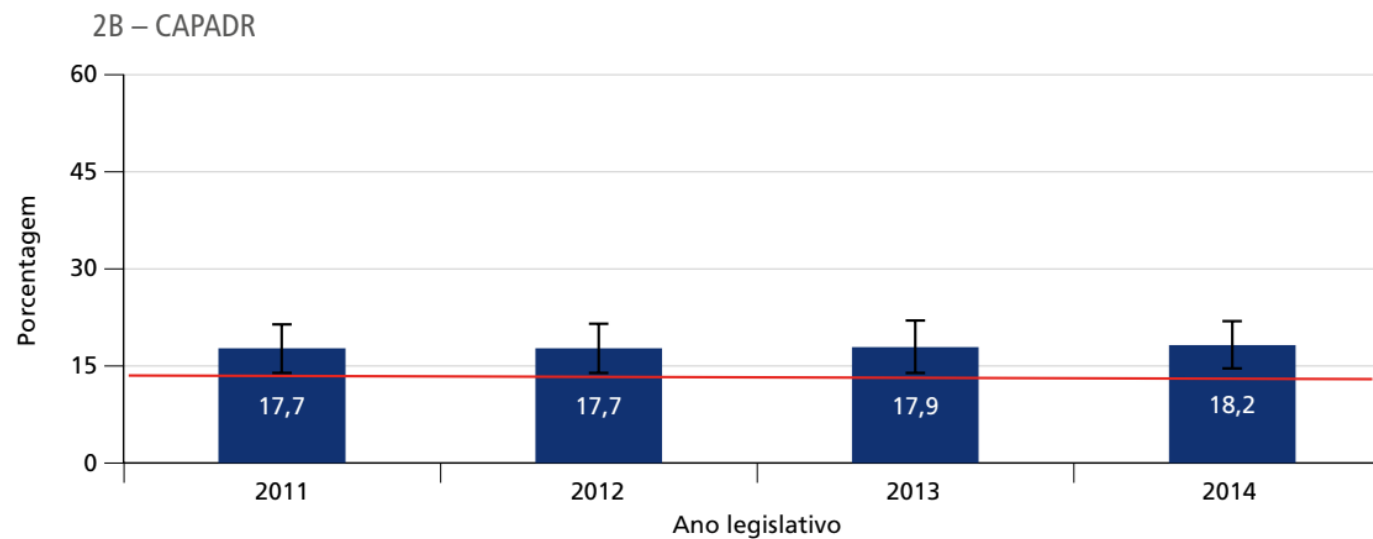
Ambíguo

Análise Complementar

GRÁFICO 2

Peso médio do financiamento empresarial setorial (entre os financiados), por comissão e ano legislativo (2011-2014)

(Em %)



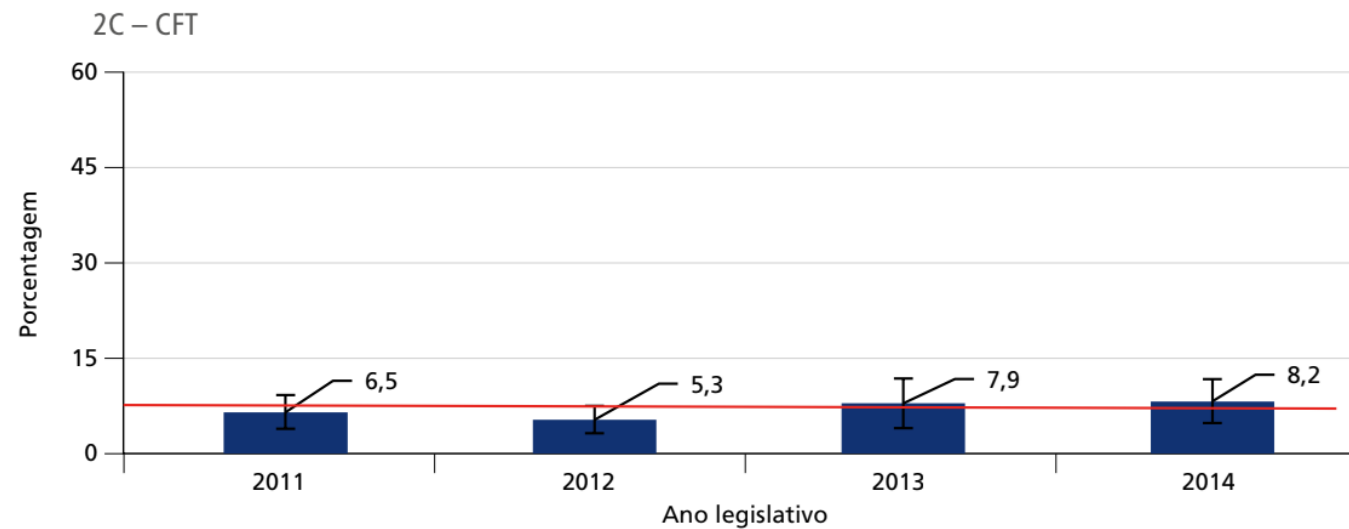
Viés pró-setor

Análise Complementar

GRÁFICO 2

Peso médio do financiamento empresarial setorial (entre os financiados), por comissão e ano legislativo (2011-2014)

(Em %)



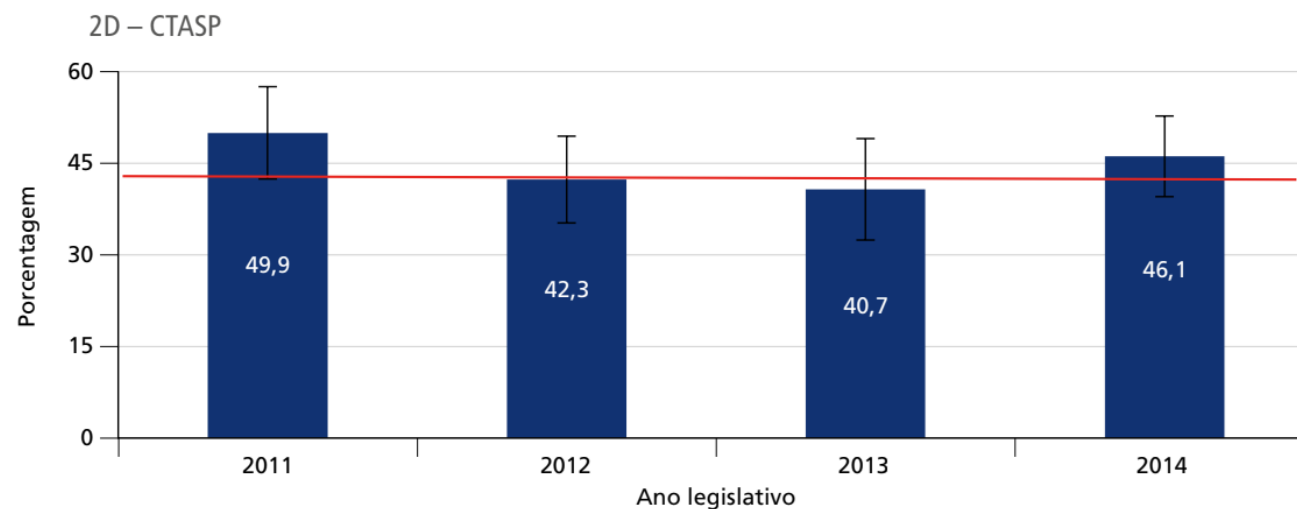
Não significativamente diferente do plenário

Análise Complementar

GRÁFICO 2

Peso médio do financiamento empresarial setorial (entre os financiados), por comissão e ano legislativo (2011-2014)

(Em %)



Não significativamente diferente do plenário

O que é Lobby e como praticá-lo?

- O *lobbying* pode ser um instrumento para persuadir legisladores não alinhados com o grupo ou para subsidiar parlamentares alinhados, e a persuasão pode vir de contato informal com o parlamentar até a participação formal em eventos.
- Exemplos:
 - Contato direto com os parlamentares.
 - Acompanhamento de reuniões das comissões.
 - Participação em audiências públicas.
 - Contatos com a assessoria das comissões.
 - Entre outras formas.

As comissões legislativas e as audiências públicas

- No âmbito das comissões, participar de audiências públicas é uma atividade considerada relevante para os grupos de interesse, ou seja, os lobistas.
 - Que inclusive geram a oportunidade dos grupos interesse de formarem coalizões com outros grupos que se alinhem com seus interesses em uma determinada matéria
 - Ou o oposto pode ser realizado, os grupos utilizam das comissões públicas para confrontar grupos de interesses opostos.
- Para o Autor do texto, Manoel Leonardo Santos, as comissões são arenas mais relevantes do ponto de vista estratégico, sendo crucial para qualquer grupo de interesse.

As comissões legislativas e as audiências públicas

Encaradas como um instrumento de participação popular, as audiências públicas são capazes de levar aos parlamentares novas informações, o que pode alterar o curso do processo decisório¹

- Para o autor, há razões para crer que a audiência pública é **seletiva**
 - **Decidir sobre a aprovação** ou não do requerimento para uma audiência.
 - Sobre **quem será convidado** a participar dela.
 - O relator ou o presidente das comissões legislativas convoca o ator e a pauta que quiser de acordo com sua proximidade, no fim sendo uma **Agenda Setter**.

¹ De acordo com o Autor Enio Zampiere em sua pesquisa: Ação dos grupos de pressão no processo decisório das comissões permanentes do Congresso Nacional, 2013

As comissões legislativas e as audiências públicas

“Colocar ou não o tema em evidência e selecionar **quem** vai ter a oportunidade de defender seus interesses em **situação privilegiada** são objetos de **intensa disputa**” - Segundo o Santos

Isso acontece, pois atores mais inseridos nas redes de interesses têm maiores oportunidades de contar com recursos e informações, diferentemente daqueles atores que possuem restrições de acesso.

*“Como parte do mesmo ambiente político, grupos de interesse possuem relações de **cooperação ou competição entre si**. Formam, assim, uma **ampla rede**”* - Cesário, 2016, p. 109

Audiências públicas nas comissões selecionadas

TABELA 3

Número de audiências públicas, atores e participações, por comissão (2011-2014)

Comissão	Audiências	Atores	Participações	Média de participações por audiência
CDEICS	57	237	402	7,1
CAPADR	112	364	822	7,3
CFT	30	174	278	9,3
CTASP	113	401	793	7,0
Total	312	1.176	2.295	7,4

Fonte: Câmara dos Deputados.

Elaboração dos autores.

Obs.: Foram excluídas as audiências realizadas em conjunto por comissões.

**dividindo o número de participações pelo número de audiências*

- Mesmo atores tendem a participar várias vezes. Pois os mais influentes e relevantes atores podem ser convocados, ou trabalharem para participar, mais de uma vez.

Medidas de Centralidade

- Cada grupo de interesse presente em uma audiência pública é entendido como um “**nó**” da rede. A análise das policy networks é direcionada à importância relativa de cada nó em sua **rede**, realizada a partir de **medidas de centralidade**.
- O estudo presente no paper buscará as policy networks presentes em cada uma das **comissões legislativas**, bem como seus **atores centrais**.
- A **centralidade** é entendida para Santos como um **indicador** de acesso associado a oportunidades de participação **no processo decisório**.

*“Actors that face **fewer constraints**, and have more opportunities than others are in favorable structural positions. Having a **favored position** means that an actor may extract better bargains in exchanges”* - Hanneman e Riddle, 2005

Medidas de Centralidades

Há três tipos de medidas de centralidade segundo Lazega e Higgins (2014) e Hanneman e Riddle (2005), e que foram abordadas por Santos:

- 1. Degree – centralidade de grau**, calculada pelo número de laços, ou seja, é o tamanho da rede de um determinado ator.
 - Atores com mais vínculos têm maiores oportunidades porque têm escolhas. Ou seja, podem escolher realizar trocas entre muitos atores.
- 2. Closeness – centralidade de proximidade**, refere-se ao número mínimo de passos necessários para um ator entrar em contato com os demais atores do sistema.
 - A proximidade permite que o poder seja exercido por negociação direta e pela troca.
- 3. Betweenness – centralidade de intermediação**, baseada na ideia do controle que um ator exerce sobre as interações entre dois outros atores.
 - Capacidade de ficar entre dois outros atores.

CAPADR

Comissão de Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Desenvolvimento
Rural

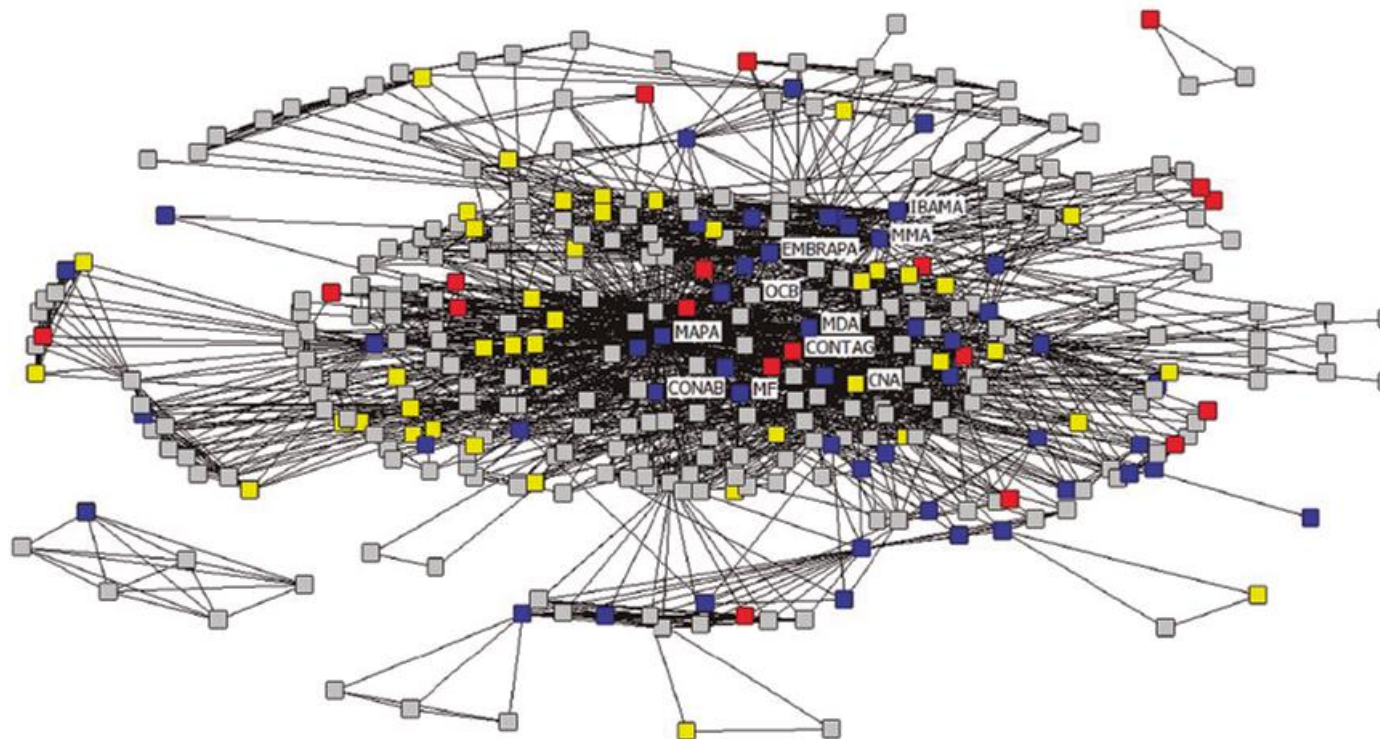
■ Nó amarelo - Empresários

■ Nó vermelho - Trabalhadores

■ Nó azul - Órgãos do Estado

FIGURA 1

Rede de participantes das audiências públicas da CAPADR (2011-2014)



Fonte: Câmara dos Deputados.
Elaboração dos autores.

CAPADR

TABELA 4
Participação e centralidade na CAPADR (2011-2014)

Organização	Participação	Centralidade de grau	Centralidade de proximidade	Centralidade de intermediação
→ Mapa	76	215	566	27506,5
CNA	37	133	673	10539,9
→ Embrapa	27	97	726	5819,6
MDA	26	75	719	3939,7
Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)	17	76	738	2729,8
Organização das Cooperativas Brasil (OCB)	14	68	745	3345,8
Ministério da Fazenda (MF)	13	65	773	1615,4
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	13	58	781	1762,5
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	13	54	782	2481,8
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama)	12	46	793	1787,2
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	10	52	759	1510,9
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	8	42	811	1065,8
Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer)	8	33	794	448,7
Banco do Brasil (BB)	8	31	822	345,7
Ministério de Minas e Energia (MME)	8	30	810	2253,5
Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul	6	50	794	1899,6
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	6	42	830	3366
Federação das Associações de Arrozéis do Estado do Rio Grande do Sul	4	33	812	367,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	4	32	775	731
Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil	4	28	804	203,3
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG)	4	27	820	676,3
MDS	4	25	824	215,4
→ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	10	24	833	1565,1
Ministério da Saúde (MS)	4	24	840	324,3

Comissão de Finanças e Tributação

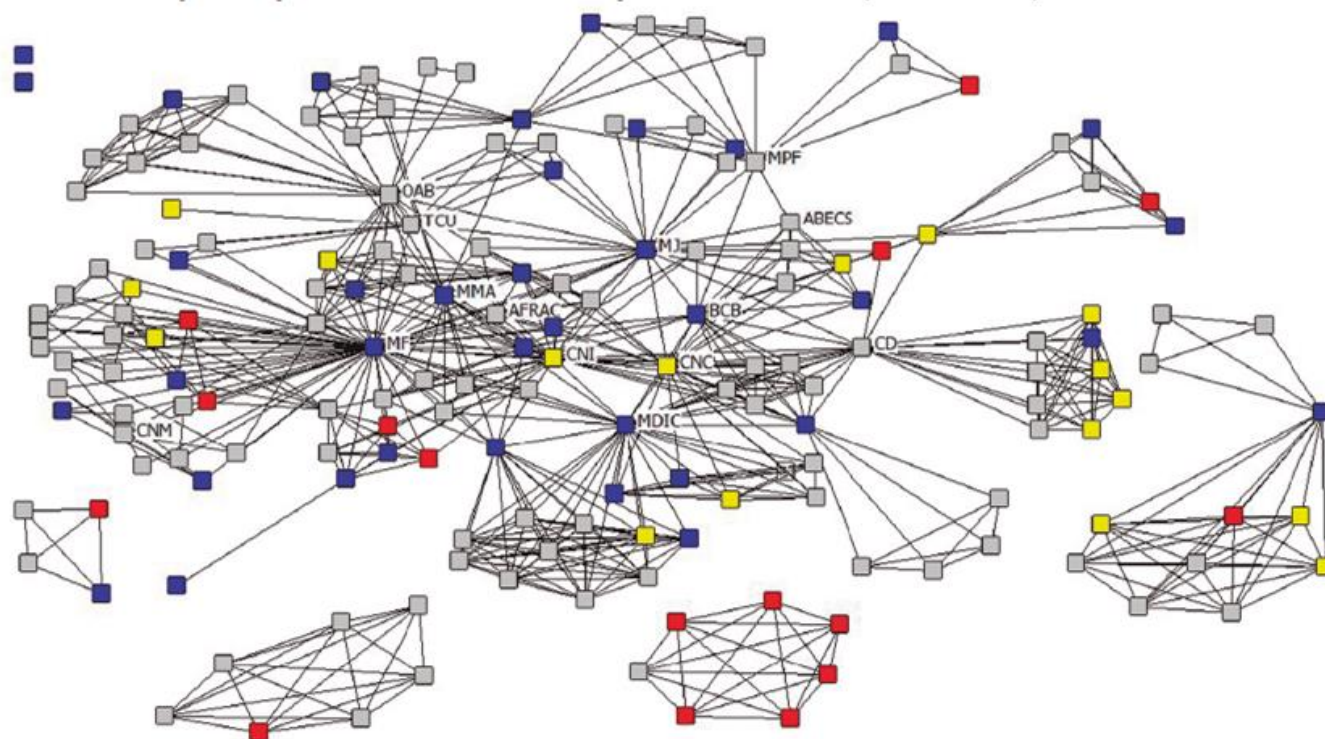
■ Nó amarelo - Empresários

■ Nó vermelho - Trabalhadores

■ Nó azul - Órgãos do Estado

FIGURA 2

Rede de participantes das audiências públicas da CFT (2011-2014)



Fonte: Câmara dos Deputados.
Elaboração dos autores.

TABELA 5
Participação e centralidade na CFT (2011-2014)

Organização	Participação	Centralidade de grau	Centralidade de proximidade	Centralidade de intermediação
→ MF	24	60	440	4.147,3
→ CNI	6	37	451	1.566,4
MDIC	4	33	473	1.517,1
Ministério da Justiça (MJ)	8	30	465	2.033,9
Confederação Nacional de Comércio (CNC)	4	29	475	799,2
Ordem do Advogados do Brasil (OAB)	4	24	499	1.322,9
Banco Central do Brasil (BC)	14	23	468	1.062,7
Câmara dos Deputados (CD)	5	23	502	1.353,2
Mapa	2	18	517	405,5
MMA	3	17	510	820,7
Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)	2	16	502	68,4
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	2	15	526	548
Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência Social	2	13	547	37,1
Secretaria de Fazenda do Estado do Pará	2	13	536	39,5
→ Associação Brasileira de Bebidas	1	12	600	0
Associação de Produtores e Amigos da Cachaça do Rio de Janeiro	1	12	600	0
Associação Goiana de Produtores de Cachaça	1	12	600	0
Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade (Ampaq)	1	12	600	0
Associação Pernambucana de Produtores de Aguardente e Rapadura (Apar)	1	12	600	0
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça	1	12	600	0
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)	1	12	600	0
Grupo Germana	1	12	600	0
Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac)	1	12	600	0
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)	1	12	600	0

CTASP

Comissão de Trabalho,
Administração e Serviço Público

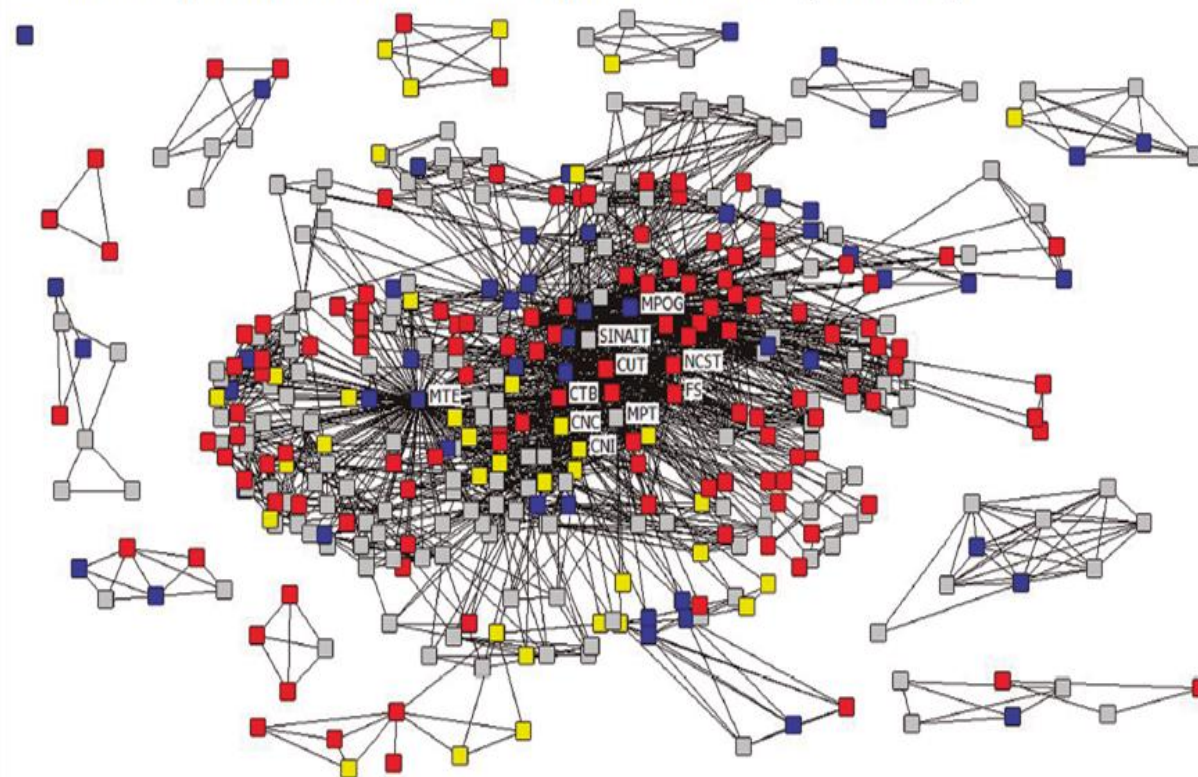
■ Nó amarelo - Empresários

■ Nó vermelho - Trabalhadores

■ Nó azul - Órgãos do Estado

FIGURA 3

Rede de participantes das audiências públicas da CTASP (2011-2014)



Fonte: Câmara dos Deputados.
Elaboração dos autores.

TABELA 6
Participação e centralidade na CTASP (2011-2014)

Organização	Participação	Centralidade de grau	Centralidade de proximidade	Centralidade de intermediação
→ MTE	41	151	1.012	23.085
→ CUT	20	87	1.066	6.970,3
MPOG	24	83	1.091	9.322,3
Sinait	13	68	1.101	3.023,5
Nova Central Sindical de Trabalhadores	13	65	1.112	1.968,1
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	11	55	1.119	1.824,1
CTB	12	54	1.120	1.127,4
Força Sindical	13	54	1.120	2.087,7
Ministério Público do Trabalho (MPT)	14	50	1.133	3.774,9
Sindifisco Nacional	8	50	1.151	1.572,2
CNI	14	48	1.147	2.277,7
Anfip	7	46	1.135	2.357,2
CNC	13	46	1.134	4.215,9
→ Ministério da Previdência Social	10	43	1.162	1.569,7
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	11	40	1.140	632,3
Anamatra	9	39	1.192	2.148,8
Condsef	6	39	1.233	1.301,4
Fasubra	5	39	1.155	1.028,4
Fenajufe	3	35	1.251	284,4
Advocacia-Geral da União (AGU)	8	34	1.156	1.870
MJ	7	34	1.145	2.871,2
Associação Médica Brasileira	6	32	1.312	1.403,4
Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep)	4	31	1.258	209,3
Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud)	2	29	1.260	93,5

CDEICS

Comissão de Desenvolvimento
Econômico, Indústria, Comércio e
Serviços

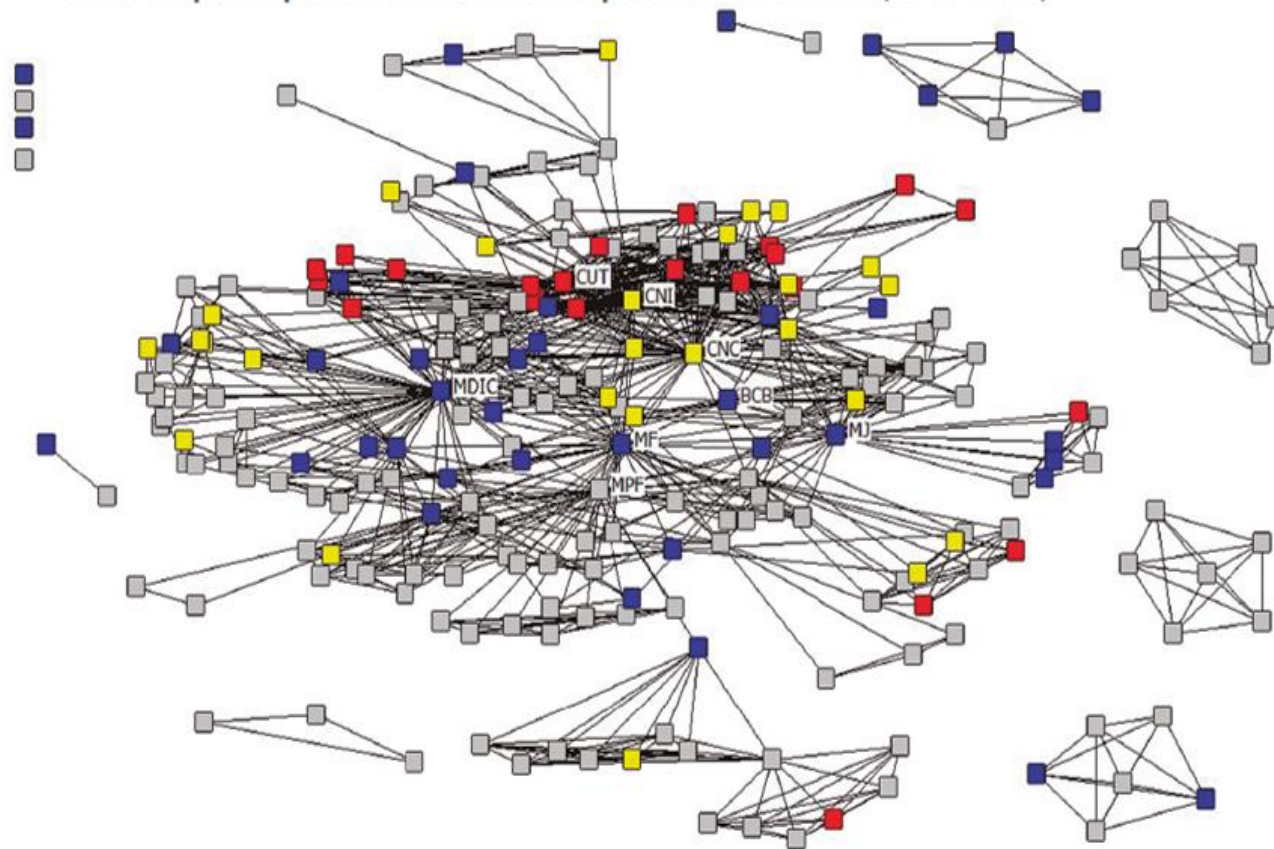
■ Nó amarelo - Empresários

■ Nó vermelho - Trabalhadores

■ Nó azul - Órgãos do Estado

FIGURA 4

Rede de participantes das audiências públicas da CDEICS (2011-2014)



Fonte: Câmara dos Deputados.

CDEICS

TABELA 7
Participação e centralidade na CDEICS (2011-2014)

	Organização	Participação	Centralidade de grau	Centralidade de proximidade	Centralidade de intermediação
→	MDIC	22	71	652	6.287
	CNC	15	69	638	5.010
→	CNI	15	57	690	3.215
	MF	13	45	663	3.727
	Ministério Público Federal (MPF)	6	29	677	4.917
	MJ	8	34	719	2.016
→	CUT	7	38	734	377
	Agência Nacional de Águas (ANA)	2	10	850	2.632
	MTE	5	33	759	498
	OAB	3	17	736	1.604
	UGT	4	30	742	241
	Anvisa	4	20	757	744
	Sebrae Empresas	3	23	770	472
	Força Sindical	4	25	751	149
	BCB	12	21	739	362
	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)	2	15	1.032	1.176
	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	4	19	760	508
	CNTC	4	20	752	135
→	Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs)	4	19	773	221
	Federação Brasileira de Bancos (Febraban)	2	19	776	125
	Confederação Nacional de Municípios (CNM)	3	16	741	338
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)	3	14	741	428
	CTB	3	19	791	8
	Associação Brasileira de Propriedade Intelectual	3	16	769	241

As centralidades e as forças dos grupos de interesse nas comissões

- Os valores de centralidade na rede encontram-se padronizados, foram transformados em porcentagem, o que depende do número de atores.
- Com essa padronização, é possível relacionar as forças de cada centralidade dos grupos de interesse em comissões respectivas.

Centralidade de Grau

Centralidade da participação de empresas, trabalhadores e do governo em audiências públicas, por comissão e tipo de ator

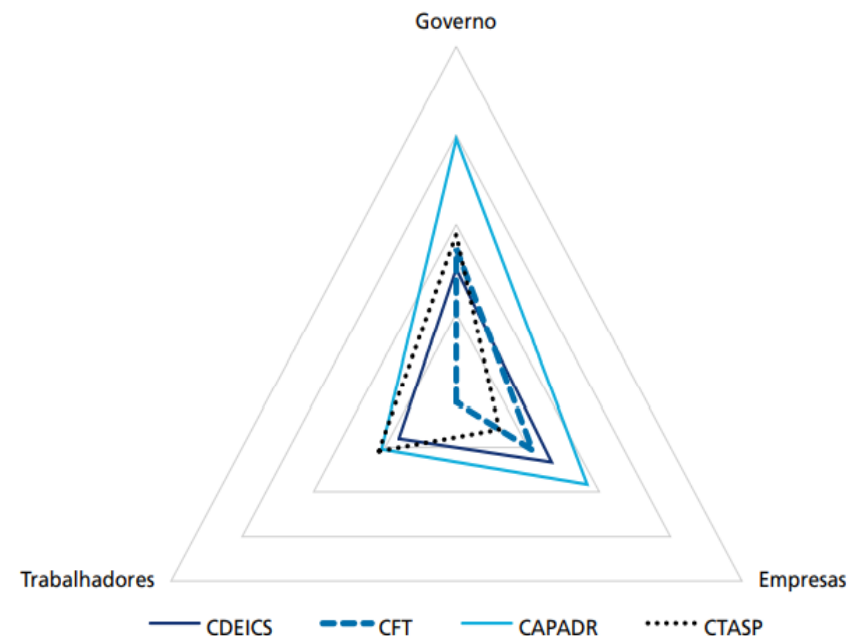


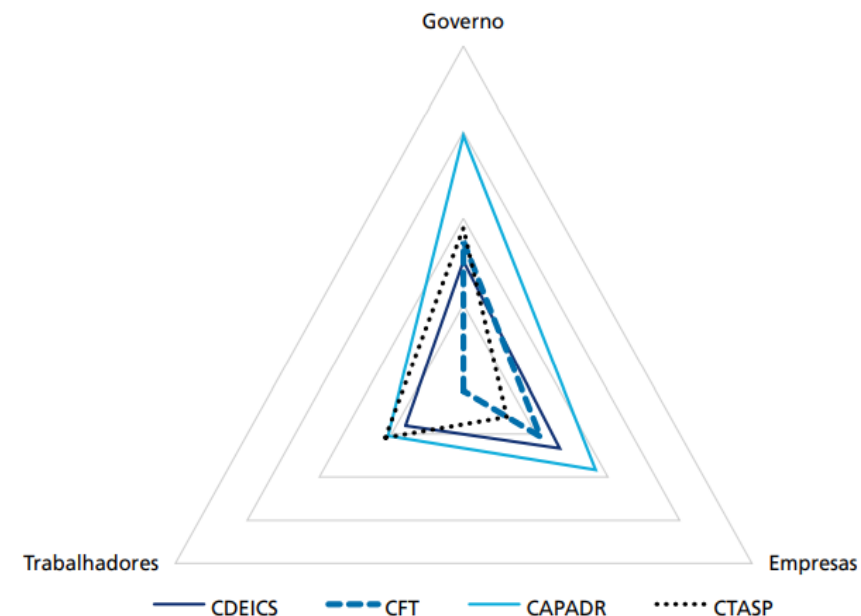
TABELA 8

Centralidade da participação de empresas, trabalhadores e do governo em audiências públicas, por comissão e tipo de ator – centralidade de grau
(Em %)

	CDEICS	CAPADR	CFT	CTASP
Governo	30,08	59,23	34,68	37,75
Empresas	26,69	36,64	21,39	12,00
Trabalhadores	16,10	20,94	0,00	21,75

Centralidade de Proximidade

Centralidade da participação de empresas, trabalhadores e do governo em audiências públicas, por comissão e tipo de ator



Fonte: Câmara dos Deputados.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. A unidade de medida dos eixos é porcentagem (0%, 80%).

2. Na CDEICS, governo = MDIC; empresas = média de CNI e CNC; e trabalhadores = CUT. Na CAPADR, governo = Mapa; empresas = CNA; e trabalhadores = Contag. Na CFT, governo = MF; empresas = CNI; e trabalhadores = nenhuma organização presente entre aquelas que participaram de pelo menos 10% das audiências. Na CTASP, governo = MTE; empresas = CNI; e trabalhadores = CUT.

TABELA 9

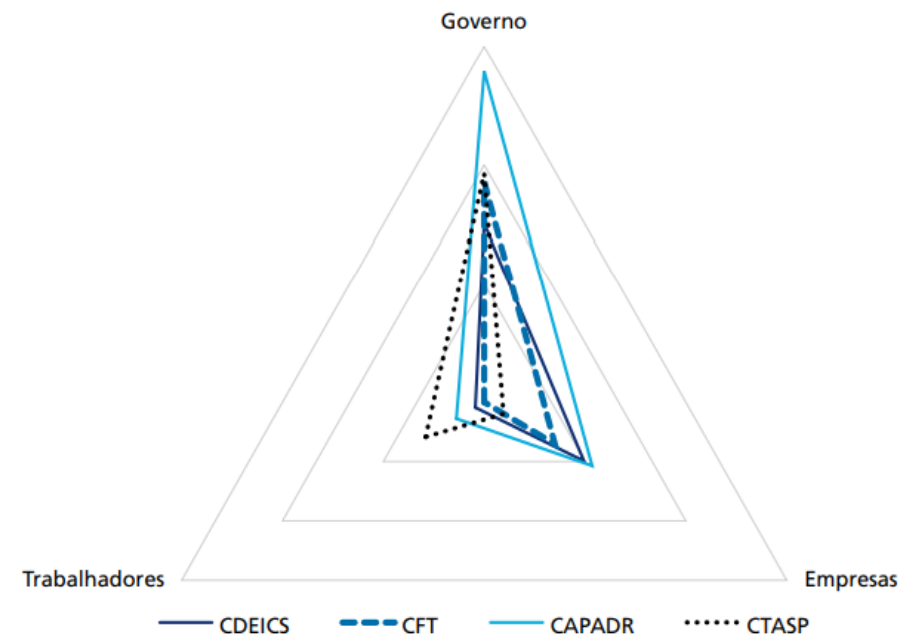
Centralidade da participação de empresas, trabalhadores e do governo em audiências públicas, por comissão e tipo de ator – centralidade de proximidade

(Em %)

	CDEICS	CAPADR	CFT	CTASP
Governo	36,20	64,13	39,32	39,53
Empresas	35,60	53,94	38,36	34,87
Trabalhadores	32,15	49,19	0,00	37,52

Centralidade de Intermediação

Centralidade da participação de empresas, trabalhadores e do governo em audiências públicas, por comissão e tipo de ator



Fonte: Câmara dos Deputados.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. A unidade de medida dos eixos é porcentagem (0%, 50%).

2. Na CDEICS, governo = MDIC; empresas = média de CNI e CNC; e trabalhadores = CUT. Na CAPADR, governo = Mapa; empresas = CNA; e trabalhadores = Contag. Na CFT, governo = MF; empresas = CNI; e trabalhadores = nenhuma organização presente entre aquelas que participaram de pelo menos 10% das audiências. Na CTASP, governo = MTE; empresas = CNI; e trabalhadores = CUT.

TABELA 10

Centralidade da participação de empresas, trabalhadores e do governo em audiências públicas, por comissão e tipo de ator – centralidade de intermediação

	CDEICS	CAPADR	CFT	CTASP
Governo	22,67	41,86	27,88	28,93
Empresas	14,83	16,04	10,53	2,85
Trabalhadores	1,36	4,15	0,00	8,73

Resultados sobre as centralidades nas comissões e seu atores

- Os órgãos de governo são centrais em todas as comissões mas rivalizam com os empresários na CDEICS e na CFT
- Existe um desequilíbrio de centralidade entre empresários e trabalhadores, e esse desequilíbrio é favorável aos empresários em todas as comissões, à exceção da CTASP. Na CTASP, os trabalhadores têm protagonismo e homogêneo entre eles.
- Na CFT, a ausência dos trabalhadores entre os principais atores chama a atenção, pois, neste colegiado, os membros raramente contam com um contraponto às posições empresariais.

Conclusão

- Financiamento de campanhas com destaque para a CAPADR, onde houve presença de viés setorial. CDEICS, CFT e CTASP não foi encontrado viés setorial.
- *Policy Networks*:
 - Observar em que medida os atores empresariais são centrais nessas redes, utilizando a centralidade como proxy da sua capacidade de influência;
 - Verificou-se predominância e a centralidade de grupos de interesse empresariais nas comissões, mas não se deu de forma homogênea em todas as comissões.
 - Na CTASP, empresários perdem protagonismo para centrais sindicais de trabalhadores. No entanto, na CDEICS e na CFT o protagonismo empresarial volta a aparecer.

Conclusão

- Evidência descritiva sugere significativa atuação política do empresariado em três das quatro comissões permanentes da Câmara dos Deputados analisadas.
- Indícios de que empresas possuem influência desproporcional nessas comissões, tendo em vista a representação dos trabalhadores e outros setores da sociedade.
- Desequilíbrio que podem gerar injustiça, privilégios não justificáveis e ganhos desproporcionais. Porém, esse desequilíbrio deve ser analisado junto com outros resultados legislativos, pois há o envolvimento de outras comissões.
- Como exemplo, questões de capital versus trabalho (CDEICS e CTASP), empresários podem enviesar os resultados da CDEICS, no entanto, não influencia o resultado do sistema de comissões como um todo.

Conclusão

- Desde 2015, foi proibida as doações empresariais para partidos e candidatos.
- Permaneceu o autofinanciamento (com teto elevado), o que permitirá com que a capacidade financeira continue influenciando resultados legislativos.
- Porém, é plausível supor que as ações de lobby ganharão ainda mais relevância para a influência política dos setores econômicos.
- Não há bons indicadores para medir as ações de lobbying, e tal objetivo permanece em aberto.